

| |
|--|
| TÍTULO DO PROJETO: ANÁLISE DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE ARACRUZ |
|--|

Sanz, Gabrielli O.Itajahy (gabriellisanz@gmail.com)

Silva, Monique Rocha (monique.cruz@hotmail.com)

Alunas de graduação do Curso de Direito

Junior, Ronaldo Felix Moreira (ronaldofr.fr32@gmail.com)

Graduado em Direito e mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória, com doutoramento em curso pela mesma instituição (FDV). É especialista em Direito Penal e Processual Penal e especialista em Direito Digital pela Fundação Escola Superior do Ministério Público. Foi coordenador do Grupo de pesquisa Criminologia e Direitos Humanos (UEMG) e é participante do grupo de pesquisa: Teoria Crítica do Constitucionalismo, da FDV. Foi bolsista pela FAPES (Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo).

OBS. O entendimento exposto é exclusivo das orientadas.

RESUMO

O licenciamento ambiental é um conjunto de procedimentos destinados a proteção do meio ambiente e da biodiversidade, além de garantir a sustentabilidade das atividades econômicas. Fica evidente que sua efetividade depende da atuação dos entes federados, como União, estados e municípios, que são responsáveis por sua execução. Durante a revisão bibliográfica e pesquisa de campo, com o secretário de Meio Ambiente de Aracruz e as comunidades pesqueiras e indígenas, realizamos uma análise do licenciamento Ambiental no Município de Aracruz, ES.

Diante desse cenário, o problema de pesquisa que este artigo busca abordar é como o processo de licenciamento ambiental no município de Aracruz está afetando a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida da população local.

Com os crescentes avanços econômicos e industriais, que estão acontecendo no Município nas últimas décadas é de extrema importância que o município de Aracruz busque meios para inovar com medidas eficazes para melhorar a gestão ambiental e garantir a proteção dos recursos naturais e para tanto, acreditamos que a nova Lei Municipal nº 4.609, de 03/07/2023, que estabelece o Novo Código Municipal de Meio Ambiente, seja um passo significativo em direção a uma gestão mais sustentável e eficaz.

Esse artigo, demonstra o quanto é essencial que todas as partes envolvidas na gestão ambiental estejam comprometidas com os recursos naturais e a prevenção destes, para que possamos garantir o futuro das próximas gerações.

PALAVRAS CHAVE: Licenciamento Ambiental, Município de Aracruz, Gestão Ambiental Sustentável, Desafios e Boas Práticas.

ABSTRACT

Environmental licensing is a set of procedures aimed at protecting the environment and biodiversity, in addition to ensuring the sustainability of economic activities. It is evident that its effectiveness depends on the actions of federated entities, such as the Union, states and municipalities, which are responsible for its execution. During the bibliographical review and field research, with the Secretary of the Environment of Aracruz and the fishing and indigenous communities, we carried out an analysis of Environmental licensing in the Municipality of Aracruz, ES.

Given this scenario, the research problem that this article seeks to address is how the environmental licensing process in the municipality of Aracruz is affecting the preservation of the environment and the quality of life of the local population.

With the growing economic and industrial advances that have been taking place in the Municipality in recent decades, it is extremely important that the municipality of Aracruz seeks ways to innovate with effective measures to improve environmental management and guarantee the protection of natural resources and to this end, we believe that the new Municipal Law nº 4,609, of 07/03/2023, which establishes the New Municipal Environmental Code, is a significant step towards more sustainable and effective management.

This article demonstrates how essential it is that all parties involved in environmental management are committed to natural resources and their prevention, so that we can guarantee the future of the next generations.

KEYWORDS: Environmental Licensing, Municipality of Aracruz, Sustainable Environmental Management, Challenges and Good Practices.

1- INTRODUÇÃO

O município de Aracruz, localizado no estado do Espírito Santo, é conhecido por ser pioneiro no licenciamento Ambiental e tem experimentado um crescimento significativo em termos de atividades industriais e desenvolvimento urbano nas últimas décadas. Por se tratar de um município com várias especificidades na sua infraestrutura, localização geográfica, economia,

desenvolvimento industrial, recursos naturais, cultural e histórico, analisar e entender os principais desafios e como o ente licenciador de Aracruz está resiliente a estes fatores poderá colaborar com outros municípios que possuem as mesmas características e problemáticas. O problema de pesquisa que este artigo busca abordar é o seguinte: Como o processo de licenciamento ambiental no município de Aracruz está afetando a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida da população local?

O estudo deste problema é relevante considerando que o licenciamento ambiental desempenha um papel crucial para a diminuição de impactos negativos ao meio ambiente e na promoção do desenvolvimento sustentável. Buscando compreender como o licenciamento ambiental é aplicado em Aracruz e seu impacto no meio ambiente e na comunidade, através da pesquisa de campo realizada com o gestor municipal e os representantes das comunidades de pescadores e indígenas e a revisão bibliográfica, com intuito de ajudar a identificar desafios, possíveis problemas e as oportunidades para melhorar a gestão ambiental nessa região.

O presente artigo é composto por 10 capítulos e anexos, nos quais inicialmente tratamos sobre o licenciamento ambiental brasileiro, seguindo para conhecer quais os tipos de licenças e abordando o licenciamento ambiental municipal e o licenciamento ambiental específico do município de Aracruz, conhecendo a estrutura da secretaria municipal de meio ambiente. Além disso, o projeto visa analisar a legislação existente referente ao licenciamento ambiental em Aracruz, identificar os principais desafios que o município enfrenta nesse sentido. Como conclusão, o enriquecimento do debate sob a tratativa e identificar e fornecer lições aprendidas e possíveis estratégias de melhoria para o licenciamento ambiental em Aracruz.

2 – O LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL

Para melhor orientar nossa análise o primordial é entender o que é o licenciamento ambiental, qual é o seu objetivo principal e conhecer o seu progresso histórico. O licenciamento ambiental é um conjunto de procedimentos cruciais para garantir a proteção e preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável das comunidades que são diretamente impactadas pelas atividades de empreendimentos que ali se instalam (Ronei,2017.p.17). Em conformidade com a Constituição de 1988, os municípios são unidades autônomas do mesmo nível hierárquico dos governos federal e estadual dentro da República Federativa Brasileira.

O licenciamento ambiental no Brasil tem suas raízes na crescente conscientização sobre a importância da proteção do meio ambiente no sentido de assegurar o direito fundamental de todos que é o “direito ao meio ambiente equilibrado” (Ronei,2017.p.18). No Brasil, o direito

ao meio ambiente equilibrado está regulamentado na Constituição Federal de 1988, no seu artigo 225, que estabelece que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988.Cap VI)

Em virtude desse direito as leis ambientais no Brasil e em outros países estabelecem medidas de proteção como o licenciamento ambiental, a criação de áreas de conservação, a regulamentação de atividades potencialmente poluidoras e a imposição de penalidades para aqueles que causam danos ao meio ambiente. Atualmente, o licenciamento ambiental é uma ferramenta importante para equilibrar o crescimento industrial com a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável no país (PORTALDAINDUSTRIA,2023).

Na década de 1970 o movimento ambientalista ganhou força no Brasil, levando à promulgação da Lei nº 6.938/1981, que criou a Política Nacional do Meio Ambiente. Essa lei estabeleceu a necessidade de licenciamento ambiental para atividades potencialmente poluidoras. Em 1986 foi promulgada a Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 001/1986, que estabeleceu diretrizes gerais para o licenciamento ambiental em nível nacional. Essa resolução criou as categorias de licenciamento (prévio, de instalação e de operação) e estabeleceu as competências dos órgãos ambientais. Mais adiante, em 1997 a Lei nº 9.985/1997 criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estabelecendo critérios para a criação e gestão de áreas protegidas. Esse marco reforçou a importância do licenciamento ambiental na proteção dessas áreas.

No ano 2000 a Resolução CONAMA nº 237/1997 foi revisada e consolidada na Resolução CONAMA nº 237/2000, trazendo maior clareza e uniformidade aos procedimentos de licenciamento ambiental em todo o país. Em 2011, a Lei Complementar nº 140/2011 definiu as competências dos estados e municípios no licenciamento ambiental, buscando descentralizar o processo e fortalecer a atuação dos órgãos ambientais locais. O professor Wagner Carmo (2015), explica que:

[...]o Congresso Nacional supriu importante lacuna à gestão ambiental com a edição da lei complementar nº140/2011, que regulamentou o parágrafo único do artigo 23 CRFB de 1988, definindo, formalmente, alguns aspectos da competência comum da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios em matéria ambiental. (CARMO, 2015.p.79)

Nesta breve revisão histórica da evolução das legislações regulamentadoras do licenciamento ambiental é possível constatar que ainda temos muito que avançar, mas também joga luz na importância do Município no processo de implementação efetiva da gestão ambiental.

3 – LICENÇA AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE

A licença ambiental é um instrumento fundamental para garantir a harmonia entre o desenvolvimento econômico e a proteção do meio ambiente. Além disso, permite o monitoramento e a fiscalização contínuos para garantir o cumprimento das obrigações ambientais ao longo da vida útil do projeto.

Segundo Ronei (2017):

[...] a licença ambiental é a autorização emitida pelo órgão público competente. Ela é fornecida ao empreendedor para exercer o seu direito à livre iniciativa, desde que atendidas as precauções requeridas que resguardem o direito coletivo ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Devido à natureza autorizativa da licença ambiental, ela apresenta um caráter precário. Ou seja, a licença pode ser caçada caso as condições estabelecidas pelo órgão ambiental não sejam cumpridas. A licença ambiental é um documento com prazo de validade definido no qual o órgão ambiental estabelece regras, condições, restrições e medidas de controle ambiental a serem seguidas pela atividade que está sendo licenciada. Ao receber a {licença ambiental, o empreendedor assume os compromissos para a manutenção da qualidade ambiental do local onde se instala. (RONEI, 2017.p.17)

Existem vários tipos de licenças e conhecer quais são e para que serve cada uma delas é fundamental para que todo o processo de licenciamento seja compreendido e como os municípios, possuem mais proximidade com as peculiaridades e desafios locais, demonstram ser o ente com mais condições para agir com resiliência e agilidade nas políticas de proteção e preservação da localidade. Existem vários tipos sendo elas, a licença ambiental prévia que é concedida na fase de planejamento do empreendimento ou atividade. Nessa fase, são avaliados aspectos como a viabilidade ambiental e a localização do projeto. A licença prévia não autoriza o início das obras, mas é um sinal verde para que o proponente do projeto prossiga com estudos mais detalhados e a elaboração do projeto executivo (RONEI,2017. p.20).

A licença ambiental de instalação é emitida após a análise do projeto executivo, que detalha como a obra ou empreendimento será implantado. A licença de instalação autoriza o início da construção ou instalação do projeto, desde que sejam atendidas todas as condicionantes da licença prévia. Já a licença ambiental de operação é concedida após a conclusão das obras e

instalações e a comprovação de que todas as medidas de controle ambiental foram colocadas em execução. A licença de operação autoriza o início das atividades regulares do empreendimento e estabelece as condições para sua operação, monitoramento e fiscalização ambiental contínua (RONEI,2017. p.21).

Segundo o art. 8º da Resolução CONAMA no. 237/1997 (BRASIL, 1997), as licenças devem ser requeridas na fase em que se encontra o empreendimento, ficando estabelecidos outros tipos de Licenças ambientais como a licença simplificada que é uma licença ambiental que tem como objetivo simplificar o processo de licenciamento para atividades ou empreendimentos de baixo impacto ambiental e menor complexidade. Essa modalidade de licença é comum em alguns estados brasileiros e visa agilizar a concessão de autorizações ambientais para atividades de menor potencial poluidor ou de degradação ambiental. O prazo de validade da licença simplificado é de, no mínimo, quatro anos, não podendo ultrapassar seis anos e o processo de análise e emissão de uma Licença Ambiental Simplificada costuma ser mais rápido, permitindo que o empreendedor inicie suas atividades em um período mais curto. A licença ambiental de regularização ou licença de operação-regularização também são tipos de licenças ambientais emitidas com a finalidade de regularizar atividades ou empreendimentos que já estão em operação, mas que não possuem a devida autorização ambiental. Essas licenças são necessárias para garantir que as atividades sejam realizadas em conformidade com as normas ambientais e para evitar impactos adversos no meio ambiente.

A Licença ambiental de regularização ou licença de operação regularização — Conforme diz Ronei (2017):

[...] é ato administrativo pelo qual o órgão ambiental emite uma única licença que engloba todas as fases do licenciamento. Aplica-se a atividades que já se encontram em fase de implantação ou que já estejam em funcionamento, estabelecendo as condições, restrições e medidas de controle ambiental em respeito às exigências próprias das licenças prévia, de instalação e de operação (RONEI, 2017.p.22).

A Licença Ambiental Única é um tipo de licença ambiental que engloba todas as fases do licenciamento ambiental em um único documento. Ela é aplicada a atividades, empreendimentos ou obras que já se encontram em fase de implantação ou operação e que necessitam regularizar sua situação junto ao órgão ambiental competente. Vale salientar que a disponibilidade e aplicação da LAU pode variar de acordo com a legislação e regulamentações ambientais de cada estado ou município. Antes de buscar uma LAU e é

fundamental verificar as regulamentações locais e entrar em contato com o órgão ambiental competente para entender os procedimentos específicos e os requisitos associados a essa modalidade de licença. (RONEI, 2017.p.22).

Ressalta Edson Filho (2007) que:

[...]os empreendimentos ou atividades licenciadas cuja operação se processem em desacordo com a licença ambiental concedida, poderão ser objeto de adequação por meio de termo de compromisso, do qual poderá constar a exigência de caução idônea, a ser firmado com o órgão ambiental competente para o licenciamento. (FILHO,2007. p.71)

4 – PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL – ETAPAS

O processo de licenciamento ambiental é um procedimento regulatório pelo qual um órgão ambiental competente avalia e autoriza atividades, empreendimentos ou obras que possam causar impactos no meio ambiente. O processo de licenciamento exige etapas sendo elas - a abertura de processo, a triagem e enquadramento, definição de escopo, elaboração do estudo ambiental, análise de conformidade, requerimento de licença, envolvimento público, análise técnica, tomada de decisão, pagamento e o acompanhamento (IBAMA, 2023). Este processo varia de acordo com a legislação de cada país e pode ser mais ou menos complexo, dependendo da natureza e do porte do empreendimento.

5 – O LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL

A cooperação entre União, Estado, Distrito Federal e Município nas ações administrativas referente a competência comum ao meio ambiente, está regulamentado no artigo 23, incisos III, VI, VII e do parágrafo único, da CRFB de 1988.

Após análise dos conceitos básicos e históricos do licenciamento ambiental em âmbito Nacional, chegamos finalmente ao capítulo que norteará o entendimento da análise principal da pesquisa. Neste capítulo, abordaremos o licenciamento ambiental em âmbito municipal, assim compreendendo a atuação dos municípios e mais adiante especificamente a atuação do município de Aracruz.

O licenciamento ambiental municipal é um processo pelo qual as prefeituras e órgãos ambientais municipais analisam e concedem licenças para atividades e empreendimentos que possam causar impactos no meio ambiente em suas respectivas jurisdições, sendo de

competência das prefeituras e dos órgãos ambientais municipais, desde que o município tenha estrutura técnica e legal para realizá-lo. Assim, descentraliza o processo e permite que as autoridades locais estejam mais próximas das realidades e necessidades ambientais específicas de suas comunidades.

A luz do artigo 30, I da Lei Maior, que versa:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; (Vide ADPF 672)

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

(Revogado)

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual. (BRASIL.1988,cap IV)

O licenciamento ambiental municipal pode ser aplicado a uma ampla gama de atividades, desde empreendimentos industriais e comerciais até obras de infraestrutura, construções civis, loteamentos, entre outros. Segundo Ronei(2017):

No art. 9o, inciso XIV, da LC 140/2011 (BRASIL, 2011), está determinado que cabe aos municípios promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local ou que estejam localizados em UCs instituídas pelos municípios, que não

sejam APAs. A definição dos empreendimentos cujo impacto ambiental é considerado de âmbito local é atribuição dos conselhos estaduais de meio ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade. (RONEI,2017. p.33)

O interesse local deve ser a principal determinante para o licenciamento Ambiental, cabendo aos municípios o processo de licenciamento de atividades potencialmente poluidoras, mesmo que tenham impactos menores e que se estendam para além de suas fronteiras. O Professor Wagner Carmo (2015), defende em sua teoria uma alternativa de gestão ambiental que visa os aspectos regionais e comunitários. Dando ênfase em uma competência mais abrangente e autônoma aos municípios.

6- O MUNICÍPIO DE ARACRUZ, ES - SEU PANORAMA HISTORICO E CULTURAL

A Prefeitura de Aracruz, através da sua Secretaria de Turismo e Cultura, divulga em site oficial, uma breve história do Município de Aracruz. (PREFEITURA DE ARACRUZ, 2023).

A história do Município de Aracruz remonta ao período primitivo, no qual foram encontrados vestígios arqueológicos ao longo dos rios Piraquê-açú, Riacho e Comboios. Esses vestígios são importantes porque nos ajudam a entender a presença de povos indígenas na região e a forma como esses povos viviam e se relacionavam com o ambiente ao seu redor.

Durante o período colonial, a região de Aracruz foi colonizada pelos portugueses, que exploraram a região em busca de recursos naturais, como a madeira e o pau-brasil. A presença dos colonizadores portugueses deixou uma marca importante na cultura e na arquitetura da região, que pode ser vista até hoje.

No período neocolonial, a região de Aracruz passou por um processo de industrialização, com a instalação de diversas empresas e indústrias na região. Esse período foi marcado pela exploração dos recursos naturais da região e pela busca pelo desenvolvimento econômico. Já no período do nacionalismo desenvolvimentista, a região de Aracruz passou por um processo de desenvolvimento econômico e social, com a implementação de políticas públicas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população local. Esse período foi caracterizado

pela construção de escolas, hospitais, estradas e outras infraestruturas importantes para o desenvolvimento da região.

Durante o período de modernização dependente - O termo modernização dependente refere-se a um processo de modernização ou desenvolvimento econômico que ocorre em uma região, mas que está condicionado ou dependente de forças externas, muitas vezes ligadas a países mais desenvolvidos, a região de Aracruz passou por um processo de modernização econômica, com a introdução de novas tecnologias e práticas empresariais. Esse período foi marcado pela abertura da economia brasileira para o mercado internacional e pela busca por investimentos estrangeiros na região.

Atualmente no período de globalização subordinada - Globalização subordinada é um termo que também está relacionado às teorias críticas do desenvolvimento e da globalização. Ele descreve um tipo de integração global em que certas regiões ou países são subordinados ou colocados em uma posição de dependência em relação aos centros mais desenvolvidos, a região de Aracruz enfrenta novos desafios, como a concorrência internacional e a busca por novas formas de desenvolvimento econômico e social. Esse período é caracterizado pela necessidade de adaptação da economia local às mudanças globais e pela busca por novas oportunidades de negócios.

A história do Município de Aracruz é rica e diversa, com cada período representando uma fase importante na evolução da região. Esses períodos nos permitem compreender melhor a história e a cultura da região e como o Município vem se movimentando ao longo dos anos no sentido de desenvolver políticas públicas voltadas para a preservação do meio ambiente e do crescimento sustentável.

Os dados do IBGE referentes ao ano de 2021, indicam o resultado do movimento do Município pelo desenvolvimento socioeconômico, com destaque para o salário médio mensal de 2.9 salários mínimos; a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de 27.4%, quando comparado com os outros municípios do Estado, o Município ocupava a segunda posição em relação ao salário médio mensal e a oitava posição em relação à proporção de pessoas ocupadas. Já em relação a todas as cidades do país, o Município ocupava a posição 193 em relação ao salário médio mensal e a posição 681 em relação à proporção de pessoas ocupadas em um universo de mais de cinco (5) mil municípios.

O cenário econômico foi desenvolvido a partir do setor de celulose, responsável pela maior parcela relativa à geração de emprego, renda e tributos. Ademais, a cidade foi fundada em área de notável rede logística, com o maior porto de exportação e celulose da América Latina, ampliando para a atração de investimentos e empresas para a região.

No entanto, dado o risco de dependência econômica de um único setor produtivo, o Município passou a investir na diversificação da matriz econômica, alcançando, nos dias atuais, destaque no setor de metal mecânica, porto de águas profundas, petróleo e gás estaleiro, dentre outras áreas como o comércio de bens e serviços e a agricultura.

É relevante destacar que atualmente Aracruz apresenta bons indicadores em relação a saneamento básico, com 82.3% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado, e infraestrutura urbana, com 63.4% dos domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 49.1% dos domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada. No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados em relação à pobreza e desigualdade social, uma vez que 34.8% da população vivem em domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, o que evidencia a necessidade de políticas públicas para a redução da pobreza e da desigualdade social na região. (IBGE, 2021)

7-A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE ARACRUZ – SEMAM

A Secretaria de Meio Ambiente é um órgão fundamental para a gestão e preservação do meio ambiente em qualquer Município. No caso de Aracruz, a SEMAM foi criada em 2001, com o intuito de consolidar a Política Municipal de Meio Ambiente e promover a proteção, recuperação e melhoria da qualidade ambiental da cidade. Antes da criação da SEMAM, os assuntos relacionados ao meio ambiente eram tratados pela Secretaria Municipal de Agricultura, o que evidencia a importância da criação de um órgão específico para cuidar desse tema tão relevante para a sociedade. A SEMAM é responsável pela elaboração, proposição e administração das políticas municipais de meio ambiente e recursos naturais, através de ações que visem promover a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população. (PREFEITURA DE ARACRUZ, 2023).

A Secretaria é composta por um Núcleo Administrativo e cinco gerências, que são responsáveis por coordenar e executar as atividades da SEMAM. Essas gerências são: Gerência de Controle e Qualidade Ambiental, Gerência de Documentação, Gerência de Educação Ambiental, Gerência de Fiscalização Ambiental e Gerência de Recursos Naturais. Dentre as atribuições da SEMAM, destacam-se a fiscalização ambiental, a gestão das Unidades de Conservação, as ações de educação ambiental e os serviços de arborização e paisagismo. (PREFEITURA DE ARACRUZ, 2023).

A Secretaria conta com o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMMA), que tem como função opinar e assessorar o poder executivo nas questões ambientais. É importante destacar que a SEMAM tem um papel fundamental para garantir o equilíbrio ecológico e desempenha o trabalho de fiscalização no intuito de proporcionar a qualidade de vida da população de Aracruz. (PREFEITURA DE ARACRUZ, 2023).

A preservação do meio ambiente é um tema de grande relevância na atualidade, e cabe a SEMAM a promoção de ações que visem à proteção e conservação dos recursos naturais, além de conscientizar a população sobre a importância da preservação ambiental. (PREFEITURA DE ARACRUZ, 2023).

8- O LICENCIAMENTO NO MUNICÍPIO DE ARACRUZ

O licenciamento ambiental em Aracruz, assim como em todo o Brasil, é um processo pelo qual atividades, empreendimentos ou obras que possam causar impactos no meio ambiente são avaliados e autorizados pelo órgão ambiental competente. O objetivo é garantir que essas ações sejam realizadas de forma sustentável, minimizando ou compensando seus impactos ambientais.

No site da Prefeitura de Aracruz podemos encontrar o Novo Código Ambiental instituído pela Lei nº 4.609, de 03/07/2023, a nova legislação tem como objetivo principal garantir o desenvolvimento sustentável da região, promovendo a proteção ambiental e o uso adequado dos recursos naturais.

Para isso, foram estabelecidos novos procedimentos para o licenciamento ambiental, com prazos de validade mais amplos e a inclusão da Licença Ambiental por Adesão e

Compromisso (LAC), que visa simplificar o processo de obtenção de licenças para atividades de baixo impacto ambiental.

A nova legislação, ainda, adota a fiscalização orientadora e a dupla visita para lavratura de auto de infração, demonstrando a preocupação do Município, primeiro, em educar, orientar e conscientizar os empreendedores e a população sobre a importância da preservação ambiental para, depois, aplicar as penalidades.

O código municipal de meio ambiente também reformula o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (COMDEMA), visando aprimorar a gestão ambiental e garantir a participação da sociedade civil nas discussões e decisões relacionadas ao meio ambiente.

A nova legislação ambiental de Aracruz busca garantir o desenvolvimento sustentável do Município, promovendo a preservação ambiental e o uso consciente dos recursos naturais, com medidas mais eficientes e eficazes para o licenciamento ambiental e a fiscalização. A nova lei vem atender à urgente demanda no âmbito ambiental decorrente do crescimento industrial e econômico que acontece no município de Aracruz, amplificada com a inclusão na região da SUDENE. Nas palavras do Secretário de Meio Ambiente de Aracruz, é possível destacar:

[...] a gente tinha muitas demandas de atualização da legislação e isso trouxe a necessidade de reformulação do código, trazendo todas essas inovações que surgiram no decorrer do tempo que vieram a ser aprimoradas, o licenciamento simplificado, licença única, que a gente até aplicava aqui, a licença simplificada se tornou licença de adesão e compromisso e a gente já aplicava isso, mas era necessário colocar dentro do novo código. (Aladim Fernando Cerqueira, secretário)

9 – DESAFIOS NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM ARACRUZ

O licenciamento ambiental em Aracruz, assim como em outras localidades, enfrenta uma série de desafios e complexidades. Podemos listar vários desafios, dentre os quais o necessário equilíbrio entre o desenvolvimento socioeconômico e a preservação dos recursos naturais e da qualidade de vida, um conflito de interesses em que muitas vezes o aspecto econômico se sobrepõe à conservação e preservação do meio ambiente.

Outro desafio é garantir que as atividades licenciadas estejam em conformidade com as condicionantes e/ou que não existam operações de qualquer natureza operando sem licença ambiental. Assim, o desafio é garantir que o Município destine recursos econômicos do erário para instrumentalizar a Secretária Municipal de Meio Ambiente de ferramentas, tecnologia e recurso humano capaz de realizar uma fiscalização adequada e com cobertura em todo o território.

Não é de balde avultar, também, o desafio da educação e da cidadania ambiental. Há uma grande dificuldade da gestão pública para sensibilizar a comunidade acerca da importância da preservação ambiental e, sobretudo, da importância da participação nos fóruns e audiências públicas em que se apresentam à população, por exemplo, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o Relatório de Impacto ambiental (RIMA) ou até mesmo um Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para obras e projetos com impacto à cidade. Consone as entrevistas realizadas na Secretaria Municipal e com os representantes dos pescadores e indígena do Município e região, fica evidente que este é uns dos maiores desafios da gestão pública Municipal, já que restou evidenciado que não há um diálogo eficaz entre a Secretaria Municipal (responsável pelo licenciamento) e a comunidade local, destinatária dos impactos sociais, econômicos, urbanísticos e ambientais. Vejamos o destaque do Secretário Municipal de Meio Ambiente:

[...] Mas, eu acho também que, do ponto de vista das empresas que dependem de licenciamento elas tendem a ser muito responsáveis, não possuímos muitos problemas com empresas licenciadas, porque também se descobriu que o meio ambiente é severo e não aceita desvios, o processo é seguido rigorosamente e as multas são pesadas, são altas né, específico até da legislação de Aracruz, as multas que se cabem aqui que eu já vi empreendedor receber, apesar da possibilidade de depois ela ser bem reduzida, se o dano for corrigido e tal, ela pesa muito assim, **mas o desafio do município de Aracruz é ter um cidadão que pensa mais coletivamente, a importância da coletividade, dos equipamentos públicos, de você valorizar os patrimônios ambientais.** (Aladim Fernando Cerqueira, secretário)

Por outro lado, na mesma pesquisa de campo podemos notar que a comunidade não se compreende inserida no processo do licenciamento, demonstrando falta de conhecimento básico sobre como é realizado o licenciamento no Município. Nas palavras do Presidente da Associação de Pescadores de Barra do Riacho a questão é a falta de informação:

[...] a gente, o pescador é uma pessoa que tem menos leitura, tem menos entendimento, nosso conhecimento é com a natureza, com o mar, muita coisa, até para mim que hoje sou o presidente, muita coisa nova, não temos muito conhecimento, entendimento, nunca passaram para nós da maneira certa e correta à nossa comunidade as coisas, que a gente pudesse entender, tivemos um problema muito grande por falta de representatividade, isso é um dos maiores problemas nosso no setor pesqueiro, estamos com muita preocupação, estamos com medo que acabe uma cultura que é de muitos anos e devido a muitas coisas que vem acontecendo tá difícil hoje sobreviver na Barra do Riacho, porque desde 2015, rompeu a barragem e fomos afetados aqui, nosso mar, pelo rejeito da Samarco, BHP e Vale, que nossa vida mudou completamente. (Alexandre Barbosa Ribeiro, presidente da associação)

De se vê, portanto, que das narrativas sobressai o desafio da educação e da cidadania ambiental em relação à atuação do Município de Aracruz. Decerto, dentre os desafios elencados acima, o primeiro a ser tratado refere-se à melhoria do diálogo, da informação e da formação para a cidadania ambiental. É preciso avançar a passos largos para que as comunidades integrem e compreendam o processo de licenciamento, alcançando a importância do licenciamento para a qualidade de vida no Município.

Para que se possa alcançar uma educação para cidadania ambiental, um dos aspectos importantes é a simplificação da legislação e sua atualização. Simplificar a legislação pressupõe garantir que todos possam compreendê-la e, atualizá-la, pressupõe que os métodos e processo de licenciamento serão mais eficientes e menos burocrático para o empreendedor. Neste sentido, o Município de Aracruz, recentemente, alterou a legislação ambiental por meio de ampla revisão do Código Municipal de Meio Ambiente, consoante exposto acima. A atualização trouxe, para o processo administrativo de licenciamento novos instrumentos, novas licenças ambientais e de proteção ambiental, considerando, especialmente, o adágio “pensar globalmente, agir localmente”, já que é no Município que a vida acontece quando há desequilíbrio ambiental/ecológico.

As pressões políticas e econômicas podem influenciar as decisões de licenciamento, às vezes em detrimento das considerações ambientais. Alocar recursos financeiros adequados para a gestão e fiscalização ambiental é essencial para o funcionamento eficaz do sistema de licenciamento e também a coordenação e comunicação eficaz entre os órgãos de governo federal, estadual e municipal são essenciais para um licenciamento ambiental bem-sucedido.

10– CONCLUSÃO

Seremos condenados ou absolvidos pelas futuras gerações? A resposta não é simples. Todos os dias vivenciamos as mudanças do ambiente artificial e natural ocasionadas pelo crescimento econômico e com a globalização. Como sociedade, estamos cientes dos danos que causamos ao meio ambiente e aos recursos naturais e o quanto todos estes danos estão impactando nossa qualidade de vida de forma direta. Durante a análise bibliográfica que realizamos neste artigo, entendemos que o licenciamento é um instrumento de caráter preventivo e que é ato administrativo complexo, seus procedimentos e etapas demandam gestão sustentável e que sempre estejam amparadas de atualizações conforme as mudanças sociais e econômicas acontecem. Neste sentido, podemos constatar que a legislação brasileira vem avançando para uma descentralização de competências para que a proteção e preservação do meio ambiente seja eficaz – dando aos municípios ente federado local, um papel importante neste processo.

Na pesquisa de campo, notamos que em Aracruz, existe uma movimentação que se empenha em tornar a cidade de Aracruz resiliente e acompanhar a diversidade encontrada na localidade, à vista disso, o Município se torna o pioneiro no licenciamento ambiental do Estado do Espírito Santo, com uma secretaria municipal com uma estrutura viável, com leis municipais próprias para a gestão ambiental do Município. Existem avanços recentes na legislação em Aracruz, como o novo Código Municipal de Meio Ambiente, que surgiu para atender as demandas de crescimento econômico e social e que pretende agilizar e simplificar o processo de licenciamento e fortalecer a fiscalização na localidade. Contudo, ainda é possível notar que possuem desafios no licenciamento ambiental do Município que necessitam de trabalho intenso e constante, para estruturar ainda mais a secretaria municipal com capacidade técnica e financeira para que seja possível acompanhar as crescentes demandas de gestão e fiscalização ambiental e também no sentido de incentivar e educar a população local, para serem agentes ambientais atuantes e fiscalizadores, considerando que é a comunidade local que recebe todos os impactos que decorrentes dos eventuais danos.

Com base na revisão bibliográfica e nas entrevistas realizadas, lançamos luz no quanto processo de licenciamento ambiental no município de Aracruz é significativo e impacta diretamente e indiretamente a comunidade local, tendo em mente que o ente municipal está mais próximo de onde a vida acontece, em Aracruz é possível encontrar muita diversidade de povos – a cidade é umas das poucas onde ainda residem povos indígenas e além disto, por ser

uma cidade costeira a atividades de pesca é crucial para a vida e renda das comunidades pesqueiras que são afetados sistematicamente pelos grandes empreendimentos indústrias que se instalam nas proximidades das áreas de pesca e preservação. Estes empreendimentos mudam de forma significativa o ecossistema local e também a vida da comunidade, deste modo o licenciamento ambiental do Município sendo um instrumento preventivo eficiente e resiliente tem o papel de controlar, amenizar e fiscalizar estes impactos sociais, econômicos, urbanísticos e ambientais e conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida da população Aracruzense.

Um meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito de todos, garantido de forma expressa na lei maior do nosso país. No entanto, também é um dever de todos preservar e proteger o meio ambiente, para tanto é importante que todos tenham acesso as informações e políticas públicas e privadas de conscientização e educação ambiental, para que seja construída a consciência de como as suas ações de forma individual e coletiva impactam o meio ambiente e o meio ambiente impacta em nossas vidas.

Em Salmos 19:1 lê-se:

“os céus proclamam a glória de Deus e o firmamento anuncia às obras das suas mãos a natureza.”. Amemos “Sua criação, por ser uma manifestação de Sua glória, que destruímos cada vez que devastamos a natureza.”(BIBLIAON,2023)

13 – REFERÊNCIAS

1. Bibiaon.bíblia sagrada online.
<https://www.bibiaon.com/natureza/>
2. BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.
3. BRASIL. [CONAMA]. RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997
extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia
/legislacao/MMA/RE0237-191297.PDF
4. BRASIL. Espírito Santo, Aracruz. IBGE, 2021 Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/aracruz/panorama> Acesso em 20/10/2023.
5. CARMO, Wagner. Gestão Ambiental na Federação Brasileira. 1ª Edição. Curitiba, PR - CRV, 2015.
6. FILHO, Edson. O licenciamento ambiental: uma visão realista. 1ª Edição. São Paulo.SP-Fiuza,2007.
7. PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ.SEMAN – Secretaria do Meio Ambiente. Acesso em 20/10/2023.Disponível em: <https://www.aracruz.es.gov.br/secretarias/semam>
8. PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ.Secretaria de Turismo e Cultura. Com acesso em 17/10/2023. Disponível em: <https://www.aracruz.es.gov.br/turismo/historia/a-cidade-33>)
9. Portal da industria. CNI.SESI.SENAI.IEL.
10. <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/licenciamento-ambiental/>
11. STEIN, Ronei T. Licenciamento ambiental. [s.l.]: Grupo A, 2017. E-book. ISBN 9788595022782. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595022782/>. Acesso em: 04 nov. 2023.

ANEXOS DA PESQUISA DE CAMPO

ANEXO I – ENTREVISTA COM SECRETARIO MUNICIPAL DE ARACRUZ- ALADIM FERNANDO CERQUEIRA

Entrevista com o Secretário de Meio ambiente de Aracruz

“Primeiro gostaríamos de saber qual foi a necessidade de despertar a modificação, implementação do novo modelo de gestão ambiental?” (Estudante, Direito)

“A legislação , o código de Aracruz nasceu em 2004 né, naquela época o licenciamento tinha muitos conflitos, porquê ele foi concebido naqueles três processos : LP,LI e LO e foi enquadrado nisso, a própria legislação evoluiu muito em muitos aspectos, essa concepção nasceu em 86 lá na CONAMA, o licenciamento tava nascendo no Brasil, eu mesmo no estado trabalhando no IEMA, em 2004 nessa época no licenciamento ambiental e a gente viu muitas mudanças acontecerem no aperfeiçoamento, para tornar o licenciamento mais ágil e eficiente também, porque você não tem que ser oneroso em tempo , em prazo, em custo para ser eficiente, não é isso que torna ele eficiente. Então a gente tinha muitas demandas de atualização da legislação e isso trouxe a necessidade de reformulação do código, trazendo todas essas inovações que surgiram no decorrer do tempo que vieram a ser aprimoradas, o licenciamento simplificado, licença única, que a gente até aplicava aqui, a licença simplificada se tornou licença de adesão e compromisso e a gente já aplicava isso, mas era necessário colocar dentro do novo código.”(Aladim Fernando Cerqueira, secretário)

“Isso já era até regulamentado pelo Estado” (Estudante, Direito)

“Já era até regulamentado pelo estado justamente, nós ainda não tínhamos acesso a essa regulamentação de fato tão clara, ao mesmo tempo , o prazo da licença também era muito exíguo, de 4 anos podendo ser maior, o prazo de 4 anos ele atrapalha a gestão, porque a lei não muda a concepção , o empreendimento não muda e aí a licença vence e você precisa estar sempre tendo novas demandas de licenciamento e esses empreendimentos ficavam desatualizados de regularidade de processos, a gente entende que é necessário aperfeiçoar o processo da fiscalização do que da coisa prévia e burocrática da licença em si e ao mesmo tempo eu preciso reformular, reforçar a visão da responsabilidade do empreendedor a

autotutela tanto dele quanto do responsável técnico, isso também era uma coisa que não estava muito clara, o código veio para mudar várias coisas que estavam desatualizadas e inclusive uma recessão muito forte do ponto de vista da fiscalização, das penalidades , então acho que foi muito importante essa atualização.” (Aladim Fernando Cerqueira, secretário)

”Quais parceiros a SEMAM de Aracruz teve durante o planejamento e implantação da nova gestão? De que forma cada um deles atuou nesse processo?” (Estudante, Direito)

“Mais parceiros como assim?” (Aladim Fernando Cerqueira, secretário)

“Da nova gestão, você diz sobre o novo código?” (Aladim Fernando Cerqueira, secretário)

“Isso” (Estudante, Direito)

“Nós fizemos isso praticamente com nossa equipe, a equipe da própria SEMAM, acho que tivemos a felicidade de montar uma boa equipe que correu atrás e estudou várias legislações, que gostam de estudar e faz contatos com autores renomados, se eles tem dúvidas eles ligam, perguntam e a gente foi construindo pela própria SEMAM.” (Aladim Fernando Cerqueira, secretário)

“É...qual o segredo do modelo? “ (Estudante, Direito)

“O segredo?” (Aladim Fernando Cerqueira, secretário)

“Isso!” (Estudante, Direito)

“É...eu acho que é ele ser eficiente né e atual as demandas, nós estamos com um desafio enorme aí com o licenciamento ambiental pela expectativa de crescimento que o município tem, grandes projetos vindo pra cá, recentemente o Estado delegou a competência local por meio da resolução do conselho Estadual de meio ambiente, empreendimentos vultosos para o município, para os municípios e a gente precisa fazer que o município cresça direito, é importante até pros próprios empreendedores , é importante para a cidade também né, ela vim planejada respeitando a questão ambiental do meio ambiente , então a atualidade para atender nossa demanda acho que é o principal objetivo nosso.” (Aladim Fernando Cerqueira, secretário)

“E aí secretário, considerando as atividades exercidas em sua aracruzenses, como Porto , mineradoras e papel celulose , como classifica a atuação do município em relação à população e aos possíveis danos causados no uso do sol?” (Estudante, Direito)

“É...eu acho que a população de Aracruz tem que aprender muito.” (Aladim Fernando Cerqueira, secretário)

“Falta educação ambiental e inserir à população o licenciamento?” (Estudante, Direito)

“Eu acho que o cidadão de Aracruz ele tem uma visão e percepção muito de Direito mas não de obrigação, muito do interesse pessoal e pouco da coletividade, eu não acho que isso tá nas grandes empresas, eu acho que as empresas de certa forma já entenderam isso.” (Aladim Fernando Cerqueira, secretário)

“De qual é o papel delas no processo” (Estudante, Direito)

“ Mas , eu acho também que, do ponto de vista das empresas que dependem de licenciamento elas tendem a ser muito responsáveis, não possuímos muitos problemas com empresas licenciadas, porque também se descobriu que o meio ambiente é severo e não aceita desvios, o processo é seguido rigorosamente e as multas são pesadas, são altas né, específico até da legislação de Aracruz , as multas que se cabem aqui que eu já vi empreendedor receber, apesar da possibilidade de depois ela ser bem reduzida, se o dano for corrigido e tal, ela pesa muito assim, mas o desafio do município de Aracruz é ter um cidadão que pensa mais coletivamente, a importância da coletividade, dos equipamentos públicos, de você valorizar os patrimônios ambientais. Um grande desafio que temos, o município precisa resolver isso melhor , não só com empreendedores , por exemplo, os loteamentos, antigamente a cidade ocupava todos os espaços, nós temos vários locais da cidade como qualquer outra cidade que cresceram , o Brasil cresceu e ocupou rios, você vê que temos algumas ruas que o rio está enterrado dentro delas e vários locais que isso causa enchente e muitos problemas para a população e tudo mais, hoje o crescimento da cidade ele se dá muito bem regulamentado, quando a cidade cresce por iniciativa de mais de 90% de iniciativa privada, do privado, eles precisam implantar as novas expansões urbanas de acordo com a legislação e é necessário aproveitar bem os espaços públicos né, só que a gente trava uma luta que isso aconteça, por exemplo, não deixar fundos de lote para os rios, os rios vão começar a ser preservados em áreas verdes na nossa cidade e aí a tendência é que todo lote passe a rua interna que aproveita um lote de um lado e de outro, torna o impedimento mais barato mas deixa um fundo para a área verde que vai ser perdida dentro da cidade, então ali você teria que ter rua, tem que ter via , ela tem que tá intrigada as vias do município, a circulação do município, integrado com as áreas verdes, com o aproveitamento público, espaço de ruas e calçadas para que caibam arborização que Aracruz não tem, então isso tudo se coloca demais na balança e precisamos reverter esse processo,

pensar mais na coletividade, então para mim precisa dessa coisa de evoluir na visão do aracruzenso, não sei se respondi sua pergunta.” (Aladim Fernando Cerqueira, secretário)

“Então um desafio que a secretaria enxerga é com a comunidade, com o engajamento da comunidade nesse processo do meio ambiente né?” (Estudante, Direito)

“Aham” (Aladim Fernando Cerqueira, secretário)

E...quando especificamente a empresa, Jurong Aracruz Ltda e as questões dos danos alegados pela população de Pescadores, qual é o posicionamento da Secretaria? (Estudante, Direito)

É...nós, o licenciamento da jurong, é um licenciamento estável né, mas nós aqui tivemos algumas relações com os pescadores e nós temos assim a visão de que os pescadores são a população das mais prejudicadas com 62 projetos, não só da jurong, de portos e tudo mais, eles perdem, eles ocupam a área de maior rendimento daquela área de circulação, área de fundeio de navios, ela deixa de ser da pesca, deixa de ser dos pescadores, isso cabe compensações para eles, então só para você ter uma ideia, do licenciamento da Petrobras, do licenciamento da jurong que foram feitas pelo IBAMA e pelo Estado, não se conseguiram ainda implementar nenhuma compensação ambiental para eles direta que foram previstas inconstitucionais e isso não é um problema das empresas do licenciamento em si, o licenciamento colocou lá uma obrigação, mas a estrutura institucional não conseguiu fazer aquela implementação e aí tem o problema da justiça até, nós temos lutado com o Ministério Público e o poder judiciário para implementar uma condicionante para a pesca em Barra do Riacho, portanto, sendo um pesqueiro do Município, ali os pescadores desembarcam os pescados da lama dentro do rio, não tem local de desembarque, os estaleiros não funcionam, eles não possuem estaleiros para consertar os barcos e eles ocupam a margem do rio, que é natural da pesca né, a pesca tem interface de mar e terra, então eles irão interferir na App, mas, nós temos uma decisão no processo judicial que o Ministério Público entrou, então nós não podemos licenciar nada, então por uma ação judicial que passa pelo Ministério Público, já fomos na juíza, já pedimos essa autorização para fazer esse licenciamento para compensar esses pescadores e até hoje não obtemos nenhum sucesso nesse processo, tá barrado a implementação dessas compensações pelo Ministério Público, porque a justiça e o Ministério Público são contra nós implementarmos processo na App, essas coisas caberiam ações de utilidade pública, de interesse social ao nosso entender.” (Aladim Fernando Cerqueira, secretário)

“Entendi, essas condicionantes que ainda não foram implementadas, porque o licenciamento já foi estabelecido as condicionantes, qual a dificuldade, qual impedimento...?”(Estudante, Direito)

“Houve dois impedimentos, na gestão que eu estive aqui, em 2015 mais ou menos, nós conseguimos fazer com que a jurong implementasse o Cais de desembarque, estava em diálogo com a Petrobras para a reforma do estaleiro da Barra do Riacho, quando foi ser implementada essa condicionante, uma pessoa foi para uma área que o município cedeu para a associação de pescadores, o presidente da associação de pesca transferiu a área com o nome dele e ele não permitiu que fosse implantada a condicionante ali , a estrutura ali, alegando que a área era de propriedade dele, o município entrou na justiça, obtive a área de volta, porque ele fez uso indevido da área que foi cedida para um fim específico e aí eu não estava mais aqui, quando retornamos nós encontramos esse processo e o Ministério Público impetrou contra o município impedindo que nós licenciarmos qualquer coisa no App, mesmo o que é dos pescadores, nós estamos impedidos na justiça de conceder a licença de implementação”. (Aladim Fernando Cerqueira, secretário)

“Quanto aos desafios da jurong, pescadores, Aracruz celulose, povos indígenas, renda emprego e meio ambiente, como esse modelo de gestão lida com essas questões?” (Estudante, Direito)

“Eu acho que isso aí é um trabalho que o IEMA faz muito bem, ele aprendeu no passado os grandes projetos causavam grandes problemas sociais né, eu tava no IEMA nessa época inclusive e a gente viu que algumas grandes obras que vieram, por exemplo, lá no norte do Estado, implementação de novos terminais na Petrobras por exemplo, ou isso aconteceu nos portos no passado, sempre deixavam áreas de favela ou gerações de filhos sem pais, porque vinha aquela massa de trabalhadores , que entravam em contato com aquela comunidade e depois eles iriam embora e deixavam as heranças ou às vezes ficavam aumentando a população com vários problemas sociais.” (Aladim Fernando Cerqueira, secretário)

“Crescimento desordenado” (Estudante, Direito)

“Quando vieram esses processos de licenciamento, jurong, portocel, imetame, anchieta que tinha um porto que era a Samarco aí, competição de esportes também em vitória, o IEMA passou a ter um cuidado muito grande de regras para que esses impactos fossem diminuídos, uma delas era valorizar a mão de obra local, isso passou a ser uma regra, uma outra coisa foi a capacitação de mão de obra local , por isso que o IFES foi criado nessa linha, o IFES veio

aqui para Aracruz para formar gente para não ter que trazer todo mundo de fora, a questão da ocupação de residência , de hotéis , de vagas, isso tudo foi de uma forma regulamentado para evitar que se tivesse uma densidade muito grande de trabalhadores maior do que os impactos que são causados, além do que, foi um caso específico que o licenciamento da jurong foi assinado um termo de compromisso socioambiental entre municípios, Estado e empresa para que tivesse responsabilidade de todos na questão de logística, saúde, educação, saneamento, segurança e foram estabelecidos ali uma série de coisa e acompanhamento da comunidade sobre esse termo de compromisso, no caso até um conceito, uma comissão de acompanhamento chamada COPALA, que se reunia para acompanhar e monitorar, por exemplo, a SESAM veio para o município porque o SAAE não tinha capacidade de investimento para fazer saneamento que a orla necessitava em função desse termo de compromisso estabelecido foi como resultado disso, então isso veio tudo no ano de licenciamento ambiental do Estado. (Aladim Fernando Cerqueira, secretário)

ANEXO II- ENTREVISTA COM LIDERANÇA DA ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DO IRAJÁ DE ARACRUZ- EULÁLIO JESUS ROSÁRIO

Líder da associação de pescadores do Irajá

Eulávio

Entrevista

Foi perguntando ao senhor Eulávio se ele conhecia sobre o licenciamento e se havia participado de alguma reunião a respeito disso.

“A gente tem de vez enquanto umas palestras aí com o secretário de Aracruz né, mas ele não toca nesses assuntos, eles falam somente dos trabalhos dele não tem? No município de Aracruz.” (Eulávio, Líder da associação)

“Então é isso, nós estamos tentando entender qual é a atuação do município dentro da comunidade, para que a comunidade entenda o que é o processo de licenciamento, porque a comunidade é uma peça importante e fundamental, porque o licenciamento é um procedimento administrativo que entrega a essas empresas grandes aqui que vem para o município, ela entrega a licença , olha você pode se instalar aqui, trabalhar aqui, aí você pode impactar aqui até este ponto dos recursos naturais dentro da comunidade, você vai degradar isso aqui, mas você precisa compensar isso aqui e a gente precisa entender o quanto a comunidade entende sobre esse processo do que é o licenciamento e se há falhas nessa gestão pública com as empresas, empreendimentos e a comunidade que já residem? E o senhor como presidente da associação de pescadores.” (Estudante, Direito)

“A gente tem um campo ali, que a gente tá querendo aqui formar uma área peixe e trazer uma cooperativa para gerar emprego para a comunidade né e o campo lá não está sendo usado, tá sendo usado pelos animais para poder não dá mato não tem? Aí ela tá querendo lançar aqui pra nós, botar uns tanques aqui, aí vamos tentar trabalhar na comunidade, fazer alguma coisa para ajudar a comunidade.” (Eulávio, Líder da associação)

“Só que essa área peixe ambiental só vai chegar aqui daqui a três anos, eles falaram que o projeto tá pra lá, fazer os formulários, preparação para chegar aqui, se eu tiver aqui ainda se não o outro dá continuidade, mas eu não sou aquela pessoa que se o cara entrar ali eu vou deixar de mão, eu vou ajudar em alguma coisa, passar os telefones, os contatos com as pessoas da prefeitura, porquê de pescador não sai mesmo , ninguém quer , mexer nesse negócio aqui não é fácil, não é para qualquer um, você tem que tirar seu tempo.” (Eulávio, Líder da associação)

“Somos uma comunidade sofrida, nós estamos batalhando para conseguir algo né, para resolver, aqui não é igual área indígena, área indígena cacique falou um negócio lá e junto dos vereadores eles recebem muito apoio, agora aqui não, aqui você tem que fazer licitação, projeto, levar pra lá, para a câmara, passar na casa do cidadão ainda, tem que fazer todo esse trabalho todo e chegar até na mão deles lá , na secretaria, o ofício para fazer pedido, não é igualzinho lá, lá o cacique falou e o vereador assinou né.” (Eulávio, Líder da associação)

“Eu gostaria de saber do senhor, se o senhor conhece o processo de licenciamento ambiental do município?” (Estudante, Direito)

“Não” (Eulávio, Líder da associação)

“O senhor nunca participou de nenhum processo? O senhor sabe o que é o licenciamento ambiental?” (Estudante, Direito)

“Não” (Eulávio, Líder da associação)

“Como eu já havia dito pro senhor, o licenciamento ambiental ele é um instrumento que estabelece , condições para que um empreendimento, uma atividade, se fixe na comunidade, em um local é esse instrumento ele tenta eliminar, o máximo possível né, minimizar os danos

causados ao meio ambiente, então o senhor como líder comunitário, líder da associação de pescadores o senhor não conhece então o processo de licenciamento né?” (Estudante, Direito)

“É a gente pode até ter ouvido falar, mas para guardar em mente é...” (Eulávio, Líder da associação)

“Não teve nenhum trabalho específico da gestão , do órgão público para engajar a comunidade, a associação de pescadores?” (Estudante, Direito)

“Deixa eu te falar, quem buscou esse benefício da renova, da samarco, foi eu e o Sebastião, em toda reunião estávamos, o dono da renova e da sinergia e da samarco perguntou se nós tínhamos vínculo com o meio ambiente, que se tivéssemos vínculo com o meio ambiente, nós não precisava estar com tanta correria que nós ficamos não né, porque o meio ambiente não apoio nós em nada, para ser sincero com você, não apoio nós em nada, era para nós estarmos juntinho com a comunidade sofrida, quando aconteceu o rompimento da barragem não tem? Que veio atingir aqui” (Eulávio, Líder da associação)

“Entendi, o senhor tem como fazer um relato dos danos causados por essas empresas que atuam em Aracruz aqui, aos seus representados, os pescadores?” (Estudante, Direito)

“Nós tem um documento guardado lá, que as empresas foram processadas, são 5 empresas eu acho.” (Eulávio, Líder da associação)

“E quais foram os danos assim?” (Estudante, Direito)

“Depois eu vou mandar pra você, são dois processos de um mesmo processo, que é da jurong, SAAE, imetame e a FIBRIA lá.” (Eulávio, Líder da associação)

“Entendi e o senhor tem como nos dizer quais foram esses danos, o maior dano causado aqui para a associação de pescadores, o que que impactou?” (Estudante, Direito)

“Olha só, tem tanta coisa aí que não é fácil falar, estão jogando muito resíduo no mar lá e aí atinge todos os pescadores, cai tudo encima daquilo ali em um movimento só, o que eles jogam lá, toda empresa tem um mesmo, não tem como falar qual produto eles usam, os produtos que a empresa joga aí, joga na nossa terra aqui, a chuva joga tudo para o mangue, joga aqui para a lagoa, atinge tudo, a FIBRIA ela foi localizada por causa disso aí, por causa dos venenos que eles jogam para matar o mato não tem? que é o scout, joga tudo aí na terra e aí danifica tudo, vai pro mangue, mata os caranguejos, mata tudo , crustáceos, mariscos e as outras empresas lá é por água e o SAAE é o resíduo que joga das fezes aí que cai dentro do nosso mangue, mesmo sendo tratado, mas não é coisa boa, que no pé do mangue fica agarrado, tanto isso aí como a lama, criou um cascão no pé do mangue, matou os sururu tudo , não tem sururu, não tem ameixa mais, agora tá difícil para sobreviver para os pescadores, aí os pescadores partem do presidente, você não faz nada, você não corre atrás de nada, aí eu falo , que a gente não é atendido por ninguém, o meio ambiente não tá ali para nos apoiar, a gente vai lá conversa com o Aladim e ele não manda ninguém, volte e meia aparece alguém dizendo , coloquei o barco lá a mulher falou para mim tirar porque ela vai chegar a cerca lá para e beira do mangue, é difícil trabalhar entendeu? Então a gente tem que ter apoio do meio ambiente, porque vamos dizer, se eu sou o líder, se você falou comigo, eu irei tá presente ali e vou lá te atender, ver o que está acontecendo, eu não deixo para amanhã o que eu tenho que fazer hoje, se você ligou para mim, eu tenho meu trabalho mas vou te atender, para passar para a comunidade o meu trabalho ,o que eu estou fazendo, não adianta mandar outra pessoa, o cabeça é você, você tem que ir, eu falo sempre para a minha menina, você não pode mandar o fiscal ir lá, primeiro você tem que ir para depois mandar o fiscal, se você não viu o que você vai falar para ele? para aquela pessoa que tem que te pagar alguma coisa ali, te dá uma força ou documento qualquer, a gente mesmo tem que ir né, resolver o problema. É desse jeito que tá acontecendo com nós , está faltando mais apoio do meio ambiente e a renova falou com nós assim, olha senhor se o meio ambiente tivesse encima anotado para você, notificado o dano, o dia , a hora, a data e o mês, tudo certinho, a sua associação era a primeira, porque nós estamos em 200 pescadores, entendeu?na época eu fiquei em 2013, 2015, 2016, devendo 13 mil entre a loja e tudo, mas não tinha como trabalhar, nada, nada , nada.” (Eulávio, Líder da associação)

ANEXO III– ENTREVISTA COM LIDERANÇA DA ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE BARRA DO RIACHO DE ARACRUZ- ALEXANDRE BARBOSA RIBEIRO

Presidente da associação de pescadores da barra do riacho

Alexandre Barbosa Ribeiro

Entrevista

“Nós queremos entender, se a comunidade tá integrada a esse processo de licenciamento? e se a comunidade foi chamada para participar desse processo de licenciamento? ou se há falhas?, porque a comunidade ela é uma peça fundamental.” (Estudante, Direito)

“Nossa você chegou em um momento que, vou até falar a verdade para você, ontem tivemos uma reunião entre os pescadores, eu consultei o nosso sindicato, que é a da praia do Suá, até mandei áudios para ele.” (Alexandre Barbosa Ribeiro, presidente da associação)

“Perguntamos a ele, entramos em contato para saber em que seríamos responsabilizados se caso houver uma manifestação, nós já tivemos a intenção de parar a obra da Imetame ali com todas as embarcações daqui da barra, Barra do Sahy, alguns parceiros de Santa Cruz e parar. Então olhei aqui as responsabilidades e o que poderíamos fazer. Sou pescador a 38 anos.” (Alexandre Barbosa Ribeiro, presidente da associação)

“Fui chamado pelos pescadores a qual trouxeram uma demanda que, uma demanda que eu já conhecia e sabia por ser pescador e exerço minha função até hoje.” (Alexandre Barbosa Ribeiro, presidente da associação)

“Com quantos anos?” (Estudante, Direito)

“Eu tenho 38 anos de pesca profissional, comecei minhas atividades aos 13 anos, aos 15 anos eu já era mestre de embarcação e estou nessa atividade até hoje.” (Alexandre Barbosa Ribeiro, presidente da associação)

“Como é o nome do senhor?” (Estudante, Direito)

“Alexandre Barbosa Ribeiro.” (Alexandre Barbosa Ribeiro, presidente da associação)

“E o senhor hoje é presidente da associação de pescadores da Barra do Riacho?” (Estudante, Direito)

“Exatamente, nós tivemos uma eleição agora, 2 meses e pouco atrás né, para ser mais preciso 1 de Setembro teve eleição, a qual tivemos mais da metade da maioria dos votos, fomos de 30 a 50 e pouco e tal e eu fui eleito a presidente da associação dos pescadores. Essa associação de pescadores pela primeira vez na história de Barra do Riacho, desde que, me conheço da pesca, foi a primeira vez que tivemos a oportunidade de ter uma diretoria toda formada de 14 pescadores, todos ativos na atividade até hoje, dos 14, 12 são proprietários de embarcação.” (Alexandre Barbosa Ribeiro, presidente da associação)

“Alexandre, o senhor conhece o processo de licenciamento ambiental do município?” (Estudante, Direito)

“Então, a gente, o pescador é uma pessoa que tem menos leitura, tem menos entendimento, nosso conhecimento é com a natureza, com o mar, muita coisa, até para mim que hoje sou o presidente, muita coisa nova, não temos muito conhecimento, entendimento, nunca passaram para nós da maneira certa e correta à nossa comunidade as coisas, que a gente pudesse entender, tivemos um problema muito grande por falta de representatividade, isso é um dos maiores problemas nosso no setor pesqueiro, estamos com muita preocupação, estamos com

medo que acabe uma cultura que é de muitos anos e devido a muitas coisas que vem acontecendo tá difícil hoje sobreviver na Barra do Riacho, porque desde 2015, rompeu a barragem e fomos afetados aqui, nosso mar, pelo rejeito da Samarco, BHP e Vale, que nossa vida mudou completamente.”

“Entendi, o senhor então não conhece né, o licenciamento?” Não sabe o que é o licenciamento?” (Estudante, Direito)

“Não conheço, não tenho nem muita noção, a gente sabe assim, sobre algumas condicionantes, negócio de condicionante.”(Alexandre Barbosa Ribeiro, presidente da associação)

“O licenciamento ele é um instrumento, utilizado para que as atividades e os empreendimentos que são instalados na comunidade, no município, estabeleça menos impacto, aqueles danos que são causados, para atenuarem e as vezes até impedir alguns impactos ali, você vai impactar aqui mas vai fazer essa compensação dessa forma aqui, entendeu? Então para isso que serve o licenciamento ambiental. Dentro desse processo, a comunidade ela também é chamada para ser ouvida, o senhor já foi chamado?” (Estudante, Direito)

“Não, não.” (Alexandre Barbosa Ribeiro, presidente da associação)

“O senhor já participou dessa reunião?” (Estudante, Direito)

“Também não, na verdade assim, como presidente, eu tô completando agora 2 meses que to no cargo dessa entidade não tem? , inclusive muita coisa, muito trabalho para ir fazendo, mas, estamos graças a Deus conseguindo caminhar, colocando as coisas no devido lugar, mas até hoje não participei de nada assim.” (Alexandre Barbosa Ribeiro, presidente da associação)

“Entendi, o senhor então nunca ficou sabendo né?” (Estudante, Direito)

“Não” (Alexandre Barbosa Ribeiro, presidente da associação)

“O senhor tem como fazer um breve relato dos danos causados pelas empresas que atuam aqui em Aracruz aos seus representados aqui?” (Estudante, Direito)

“É muitas, é muito impacto, muitas dúvidas também que temos das coisas que acontecem aí né, com as empresas, temos espécies aí de peixe que não encontra mais e a gente tem uma dúvida aí, essa preocupação, porque é uma poluição descartada hoje pela Suzano, de um quilômetro da beira da praia para dentro do mar e isso hoje vem causando uma preocupação muito grande na gente, porque depois que aconteceu esse caso da Samarco, ficamos mais consciente das coisas e mais preocupados, entendeu? com nossa saúde, com nossa natureza, com nosso meio ambiente.” (Alexandre Barbosa Ribeiro, presidente da associação)

“É da onde vocês tiram o sustento de vocês.” (Estudante, Direito)

“É da onde tiramos nosso sustento, tanto que hoje, a maioria dos pescadores, somos ECO agente ambiental, eu tenho uma formação de Educação Ambiental, já conseguimos tirar dentro desse mangue aqui, três caçambas de garrafas pets, com sacola e tudo que não era para tá dentro do mangue, depois do rompimento da barragem, ficamos com o trabalho um pouco comprometido, por causa da área determinada pelo Ministério Público Federal, que se compreende da Barra do Riacho até a beira da praia a uns 20 metros, isso comprometeu muito nossa renda, nosso trabalho e sobrou mais tempo às vezes, para fazer algumas coisas e pensamos também em ajudar a natureza, conseguimos fazer alguns trabalhos já aí, que vem ajudando a natureza.” (Alexandre Barbosa Ribeiro, presidente da associação)

“Entendi, o senhor conhece e qual sua opinião sobre o modelo de gestão ambiental de Aracruz?” (Estudante, Direito)

“De gestão Ambiental?” (Alexandre Barbosa Ribeiro, presidente da associação)

“Olha eu vou falar a verdade para você, eu não entendo muito, não tenho muito conhecimento, minha área é pesca, eu tenho pouco estudo, estudei só até a quarta série, sou uma pessoa hoje que, to na associação de pescadores com intenção de trazer uma melhoria pro nosso setor pesqueiro, para fazer com que nossa pesca não acabe, somos o pouco que vem resistindo ao caso Samarco, às empresas, mudanças climáticas, a tudo que vem sendo contra hoje, estamos sobrevivendo, lutando para sobreviver diante de tudo isso aí, não é tão fácil não, entendeu? ai eu não tenho muito entendimento disso daí, eu acho que tipo assim, eu acho que eles não cobram tanto assim das empresas, são muito negligente, bonzinho demais.” (Alexandre Barbosa Ribeiro, presidente da associação)

“Você acha que, o processo, o modelo de gestão ele é muito falho?” (Estudante, Direito)

“Eu acredito que sim.” (Alexandre Barbosa Ribeiro, presidente da associação)

“Na hora das cobranças de acordo com o impacto, agora mesmo estamos tendo problemas muitos sérios com a Imetame por causa disso, do 100% da área operacional que temos de pesca em Barra do Riacho, 75% ela tá proibida pelo Ministério Público Federal desde 2015, os outros 25% que não está dentro da área de proibição, está tendo problema com a Imetame, porque ela tá enterrando a única lama que temos fora da área de proibição, de pedra, então isso aí prejudica demais, essa lama é muito importante, ela é mais importante que o próprio porto que estão fazendo, porque dali que tiramos nossa sobrevivência, é dali que criei meus filhos , entendeu?, dali daquela lama, que aquela lama é uma lama que sempre foi muito rica, o camarão ele não dá em qualquer lugar no mar, o camarão tem um lugar específico que se chama lama, ele não dá em outro lugar se não for em cima da lama os sete barbas, o camarão rosa você consegue achar fora , é mais profundo, camarão mais de fundo, os sete barbas que é um camarão de beira, camarão de lama, você não acha ele em qualquer lugar, não adianta largar em qualquer lugar do mar e falar eu vou pegar, essas lamas são demarcadas por gps, para você poder trabalhar encima delas certinho, porque perto do lado de terra é pedra e do lado de terra é solo e aqui é lama, você não pode sair de cima da lama, quando você sai de

cima da lama, vc não vai pegar peixe , não vai pegar camarão e se beirar de mar , seu material vai agarrar na pedra e ter prejuízo, então um dos problemas que temos hoje maiores agora, é com esse Porto da Imetame aí e vendo anunciar milhões de empreendimentos, e a gente se pergunta aonde estamos inseridos nesse processo, não conseguimos entender, eu tô tentando através da vereadora Etiene, já tem mais de 15 dias o contato com a Imetame, para eles vim aqui, quero apresentar para eles a diretoria da entidade, que é uma nova diretoria , que eles ainda não conhecem, entendeu? E queiram levar esses assuntos para eles, não queremos brigar, sei que não possuímos força.” (Alexandre Barbosa Ribeiro, presidente da associação)

“E o município tem ouvido a associação?” (Estudante, Direito)

“Então, é o que eu falo com vocês, eu falo com o prefeito, converso com a vereadora, eu passo os problemas, mas é aquele negócio né, sabemos que estamos falando de um empreendimento que não é mais Nacional, está a nível Internacional, cresceu de uma tal forma, a reportagem que teve ontem de manhã né, deixaram bem claro, então a gente sabe que não possuímos poder para freiar e parar um negócio desse aí, não sabemos nem o caminho para fazer isso aí, mas o que queremos fazer , o que se precisa fazer e o que vamos fazer, é mostrar que existe uma realidade que estamos sendo prejudicados e eles só estão falando no que eles vão fazer e não estão vendo que vão tirar muitos empregos de uns, tirando nossa fonte de renda.” (Alexandre Barbosa Ribeiro, presidente da associação)

“Agradeço a oportunidade, acho que você percebeu até que me emociono quando falo sobre isso, eu venho acompanhando todo sofrimento e sentindo na pele e tenho um medo de acabar essa cultura, a qual eu sou muito apaixonado e comecei cedo e tenho medo de tudo que tá acontecendo aí vim acabar, eu estou vendo cada vez mais as coisas se apertando.” (Alexandre Barbosa Ribeiro, presidente da associação)

ANEXO IV– ENTREVISTA COM LIDERANÇA DA ALDEIA INDIGENA DO IRAJÁ DE ARACRUZ- VALDEMIR

Liderança indígena, Ex-cacique do Irajá

Valdemir

Entrevista

“Nós estamos aqui com a liderança da população indígena, Valdemir, vou te explicar mais ou menos qual a intenção aqui da nossa pesquisa, dessa pesquisa de campo, nós queremos entender se o licenciamento ambiental, você conhece o que é o licenciamento ambiental?”
(Estudante, Direito)

“Depende muito de que forma você quer que eu veja para você, porque a natureza ela tá muito degradada, por causa do homem e do desinteresse financeiro de algumas empresas né.”
(Valdemir, Ex – cacique)

“Então...o licenciamento ambiental ele é um instrumento, que ele faz o estudo, ele tenta minimizar os impactos causados por esse empreendimento que vem e se instala no município, na comunidade, ele tenta minimizar, compensar essa degradação, esses impactos e possíveis danos que possam ser causados, e aí a gente gostaria de entender se a comunidade indígena conhece o licenciamento e se fazem parte dele, se são convidados pela administração pública a fazer parte desse licenciamento?” (Estudante, Direito)

“Então, vou contar dessa forma, na minha comunidade eu sou morador na aldeia Irajá né, já fui gestor, líder da associação itupaíra, hoje não possuo mais esse contrato, que expirou, ao falar sobre esse assunto, hoje nós temos dentro do nosso território o apoio de algumas empresas, exemplo, hoje nós temos aí a Imetame, a jurong, tem a Suzano também, elas apoiam em algumas áreas que foram degradadas né, tipo assim, hoje eles sabem que a Suzano, ela obteve uma boa parte do território fazendo o plantio de eucalipto, como fomos reconhecidos, somos povos indígenas de direito, então ela, plantou eucalipto em uma quantidade de ano e de lá para cá estão dando apoio no fórum empreendimentos, que temos lá uma licença e aonde ela pode fazer ações na comunidade.” (Valdemir, Ex – cacique)

“Entendi e você sabe me dizer se essas ações que são feitas, esse apoio que está sendo dado ele é de compensação de licenciamento ambiental?” (Estudante, Direito)

“Então, assim...hoje ela pegou, hoje a demanda da comunidade ela pediu, que podia devolver em área de esporte, ela fez uma quadra dentro do território do Irajá, essa quadra, vou falar do Irajá porque moro lá, mas tem outros apoios também, então, essa quadra ela veio para trazer benefícios a escola, as crianças ,o lazer social, então ela cria uma forma de tá dando apoio dessa forma entendeu?, conforme ela degradou o meio ambiente fazendo plantio de eucalipto, então elas devolvem fazendo ações dessa forma por tempo indeterminado.” (Valdemir, Ex – cacique)

“O senhor conhece o processo de licenciamento ambiental, já participou de algum?” (Estudante, Direito)

“Não assim, informação correta igual você tá querendo saber, não temos, a gente tem na nossa comunidade indígena, o cacique faz as demandas né, o jurídico é com a FUNAI, tem uma FUNAI onde ela respalda o direito indígena, ela entra para fazer algumas reivindicações com o Ministério Público e também para fazer essa ação também não é tão fácil, demora muito.” (Valdemir, Ex – cacique)

“Entendi, então é a FUNAI que trata com algum órgão público, com a administração pública toda essa parte de licenciamento, mas o senhor sabe que no processo de licenciamento a comunidade ela é chamada para uma audiência para conhecer os impactos? e você já participou de alguma audiência?” (Estudante, Direito)

“Não, assim, o cacique ele é indicado pela comunidade, ele tem o peso da comunidade, então ele pega a demanda da comunidade e leva para a comunidade, faz a assembleia na nossa comunidade para tratar desses assuntos.” (Valdemir, Ex – cacique)

“Então pode ser que seja o cacique que participa da audiência feita, para depois passar para a comunidade?” (Estudante, Direito)

“Isso, o cacique e seus líderes que andam com ele né .” (Valdemir, Ex – cacique)

“Nessa audiência a comunidade em um todo ela é comunicada para que a empresa e o ente público, apresentem as atividades e os possíveis danos, todo impacto que vai causar naquela atividade ali naquela localidade né? E para que a comunidade tenha esse conhecimento, então você nunca participou desse processo de licenciamento?” (Estudante, Direito)

“Não” (Valdemir, Ex – cacique)

“Valdemir eu vou pedir, se você consegue me fazer uma breve relato sobre os danos causados das empresas que atuam em Aracruz ali para a aldeia, pros povos indígenas ali? (Estudante, Direito)

“Então, eu falo assim para você, hoje as empresas, tanto a Imetame, a Jurong, a Suzano, elas trouxeram impacto muito grande no território, então para essas coisas não acontecerem precisa acionar o Ministério Público, para poder ter soluções, exemplo, hoje nós estamos aí discutindo com a Imetame um PBAI, Plano Ambiental Indígena, para fazer ações dentro da minha comunidade do Irajá, só que outras aldeias também estão fazendo o mesmo, então existe uma possível negociação para tratar dessa audiência para resolver esse problema, porque a Imetame ela tá dentro das limitações do território e como foi pedido para ela fazer reuniões para conversar sobre isso, já fizemos algumas reuniões para tratar desse assunto, ela já propôs de fazer assistência para a comunidade.” (Valdemir, Ex – cacique)

“Mas, você consegue me dizer quais são esses danos?, qual é o impacto que foi direto dentro da comunidade do povo indígena?, por exemplo, foi instalado um empreendimento ali de imediato ou a curto prazo?, qual o maior impacto? maior dano causado? (Estudante, Direito)

“Olha só, a gente é limitado por empresas, exemplo, estamos falando da Imetame, porque ela vai trazer o PBAI para trazer esses assuntos, aonde é instalado o porto dela hoje aqui dentro, ao lado da imetame e jurong, vamos falar assim, ali era uma área de preservação, ali as pessoas tinham um rio, pessoal do pau-Brasil, da aldeia, eles se banhavam ali, era um área espiritual, então foi impactado, então é por isso que estamos chegando nesse argumento para achar soluções a esse problema, fomos impactados sim, porque aquela área, é uma área de dimensão da aldeia.”

“Vocês conhecem e qual sua opinião sobre o modelo de gestão ambiental de Aracruz?”
(Estudante, Direito)

“Gestão ambiental? , você quer que eu fale como?” (Valdemir

“É porque a secretária ela tem um plano de gestão ambiental, o poder executivo, recentemente ele teve um novo código ambiental que foi atualizado né, o antigo passou a ser atualizado e teve várias alterações importantes, inclusive no processo de licenciamento e aí eu gostaria de entender se a comunidade ela conhece esse plano de gestão ambiental do Município ?e se a comunidade participa desse plano? e se teve conhecimento dessa nova alteração, se melhorou em algo?” (Estudante, Direito)

“Olha só, como líder, como representante da aldeia, teve visita da prefeitura para poder retratar o problema do manguezal do Rio Piraquê-Açu, aonde que as pessoas, o Rio Piraquê-Açu ele tá impactado de certa forma, como exemplo, a falta de cuidado das pessoas, porque as pessoas vão para lá e deixam lixos, deixam sacolas, então houve sim uma visita para poder tentar recuperar aquela natureza ali, mas infelizmente nem todo mundo obedece, as pessoas tacam fogo em volta, então para poder ter recuperação deveria os órgãos visitar os líderes e fazer um

trabalho de plantio em volta das encostas, recuperar os mangues, porque pelas fortes chuvas que teve, chuva de granizo, algumas áreas do mangue ela foi impactada, que o ganizo ele queima, então ele queimou algumas partes do mangue, então tá morrendo , deveria os governos, o município, o Estado fazer um projeto de restauração.” (Valdemir, Ex – cacique)

“Você acha que falta diálogo do município com a gestão, a respeito dessa gestão ambiental aí?” (Estudante, Direito)

“Deveria ter sim uma visita técnica, para que as pessoas se juntem a comunidade, as pessoas que trabalham no manguezal, no Rio Piraquê-Açu, utilizar essas pessoas para replantar, que a semente do mangue ela é muito fácil de pegar.” (Valdemir, Ex – cacique)